

## Os investimentos chineses na América Latina: Os casos da Argentina, Brasil, México e Venezuela (2010-2020)

Cassiano Schwantes\*  
Ana Clara L. Dginkel\*  
Maria Eduarda Xavier Villela\*  
Rafael Balardim\*

**RESUMO:** A República Popular da China (RPC) experienciou, a partir da década de 1970, uma onda de reformas políticas, sociais e sobretudo econômicas que propulsionaram o renascimento do dragão asiático no Sistema Internacional como uma importante peça do xadrez global. A adoção da política *Going Out* possibilitou uma inserção mais concreta da China na agenda internacional e sua consequente aproximação com outras regiões do globo. Neste contexto, a América Latina emergiu como um cenário estratégico para a ascensão chinesa ao *status* de potencial *hegemon* na ordem mundial que aos poucos se constrói. Deste modo, o crescente interesse da RPC em fortalecer os vínculos com os países latino-americanos se manifestou primeiramente por meio do comércio e foi seguido pela exportação de capitais. Com base nisso e a partir de um viés analítico-descritivo, a presente pesquisa se propôs a compreender quais são os interesses e desafios dos investimentos chineses na América Latina, com enfoque particular na Argentina, Brasil, México e Venezuela. Para tal, partiu-se da hipótese de que tais investimentos se constituem como parte de uma abrangente estratégia da política externa de ascensão pacífica da China que visa ao aprofundamento da Cooperação Sul-Sul, sendo a América Latina, nessa conjuntura, uma região-chave para o IED chinês.

**PALAVRAS-CHAVE:** República Popular da China; Investimento Estrangeiro Direto; América Latina.

### Introdução

A partir da década de 70, a República Popular da China (RPC) iniciou no interior de sua sociedade uma onda de reformas políticas, econômicas e sociais voltadas, principalmente, para a nova estratégia de desenvolvimento nacional e de sua própria inserção no Sistema Internacional. Com isso, gradativamente, o dragão asiático passou a se envolver mais ativamente nos fóruns multilaterais e em novas parcerias bilaterais com variados atores. Para tal, a RPC adotou iniciativas para a sua inclusão no jogo de xadrez global, tais como a política de *Going Out* e a pressão para entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), concretizada em 2001. Essas duas, em especial, levaram com que a América Latina fosse colocada como região estratégica para a realização da política externa chinesa, já que ambas passaram a possibilitar um novo relacionamento com os países latino-americanos, inicialmente, por vias comerciais e, posteriormente, através de investimentos estrangeiros diretos.

\*Mestrando no programa de pós-graduação em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ).

\*Graduada em Relações Internacionais (UNIPAMPA).

\*Mestranda no programa de pós-graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (PROLAM/USP).

\*Professor Adjunto de Relações Internacionais na UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento.

As relações sino-latino-americanas tornaram-se mais intensas no século XXI, motivadas, principalmente, pela elevada demanda chinesa por matérias primas. Com isso, o dragão asiático tornou-se, em boa parte dos Estados, o destino das exportações de *commodities* e, em alguns, o maior parceiro comercial. Tal fato conduziu a saldos positivos nas balanças comerciais do subcontinente americano, já que o volume dos bens exportados ultrapassou os bens importados ao longo do presente século. Todavia, esse relacionamento não se restringiu apenas ao comércio, atingindo o âmbito financeiro através da adesão do Estado e da sociedade civil chinesa em aplicações de investimentos diretos em vários países e setores da América Latina. Diante disso, este trabalho tem por problema de pesquisa a seguinte questão: quais são os interesses dos investimentos chineses nas quatro maiores economias da América Latina, isto é, a Argentina, o Brasil, o México e a Venezuela? O recorte geográfico se deu a partir dos dados do World Bank (2019), baseando-se nos indicadores do PIB (Produto Interno Bruto) em milhões de US\$ no ano de 2019.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) da China se inseriram na América Latina no decorrer do recorte temporal de 2010 a 2020. Como objetivos específicos busca-se: i) compreender a ascensão pacífica chinesa através de sua agenda multilateral de investimentos; ii) entender como os países latino-americanos – Argentina, Brasil, México e Venezuela - atuam como pontos de atração dos investimentos chineses; iii) e identificar quais são os interesses do dragão asiático nos setores econômicos da Argentina, Brasil, México e Venezuela. Para o desenvolver tais argumentações, elaborou-se, através do método hipotético-dedutivo, uma hipótese do comportamento chinês em relação ao subcontinente americano, a qual, ao longo do presente trabalho, será falseada ou corroborada. Assim, esta pesquisa parte da noção afirmativa de que os investimentos chineses na América Latina fazem parte de uma estratégia da política externa multilateral de ascensão pacífica, a qual representa uma prática intencional de aproximação para com as relações Sul-Sul, sendo os países latino-americanos peças-chave para a aplicação de tais investimentos.

Em relação aos materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou consultas a acervos bibliográficos que trabalham com a temática, como livros, artigos publicados em revistas e periódicos, documentos oficiais de Estados e sites de dados estatísticos para a construção de gráficos. Quanto à natureza desta pesquisa, esta é básica por procurar primeiro compreender os fatos para depois construir novos conhecimentos, qualitativa por se deter em dados não-métricos, descritiva e explicativa por concentrar-se no levantamento de informações acerca do objeto de estudo e buscar a sua compreensão. As argumentações estão divididas em três partes: a primeira, busca dar um

panorama da forma de inserção chinesa frente ao novo contexto internacional pós-Guerra Fria; a segunda, trabalha com as questões que tornam a América Latina uma região atrativa e estratégica tanto para relações comerciais quanto para aplicação de investimentos chineses; e, por fim, a terceira parte, identifica os setores investidos pela China na Argentina, Brasil, México e Venezuela. Através dessa divisão, acredita-se ser possível entender as relações entre esses atores sob uma perspectiva estratégica.

### **A ascensão pacífica chinesa e o papel dos investimentos na sua agenda multilateral**

A segunda metade do século XX representou intensas transformações nas relações internacionais, seja no âmbito econômico com o fim do sistema de Bretton Woods ou político com a formação da *détente* em plena Guerra Fria e consequente ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como hegemom, posteriormente. Nesse contexto de reformulações da política internacional, a China não foi uma exceção, de forma que a partir dos anos 1970, com a queda do líder Mao Tse-Tung e ascensão de Deng Xiaoping, o país experimentou reformas políticas, sociais e principalmente econômicas de grandes intensidades, balanceando os jogos da geopolítica mundial. Kissinger (2012, p. 128) expressa que a revolução de Mao a partir de 1949 deixou entulhos da China antiga que serviriam para uma futura modernização, a qual foi concretizada pelas iniciativas de Deng nesse período.

O renascimento chinês aflorou a partir de 1978, com o anúncio pelo XI Congresso do Partido Comunista da China (PCC) das quatro práticas político-econômicas de reforma e abertura que o governo Deng denominou “Quatro Modernizações”, focadas na agricultura, indústria, forças armadas e ciência e tecnologia. Esse processo se consolidou como a maior modernização econômica mundial com a inserção dos elementos de mercado e do setor privado no país socialista. Entretanto, destaca-se que esses acontecimentos se deram somente com um potente controle estatal. Rodrigo Leão (2012, p. 157) cita que as Quatro Modernizações atuaram como uma prática para unificar o nacionalismo chinês e legitimar o governo socialista, ainda que implantando novos elementos capitalistas. Também, em conjunto das Quatro Modernizações, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), regiões específicas que possuíam aval para receber IEDs, o que as permitiu se aproximar mais do modelo capitalista. As ZEEs podem ter atuado, segundo Pedrozo (2009), como um experimento para as futuras reformas de abertura à economia mundial.

Destaca-se que o objetivo da abertura nunca foi findar o regime socialista ou até possibilitar a adesão plena da economia chinesa aos moldes do mercado capitalista, e sim

iniciar os passos da modernização do sistema econômico chinês, o qual apenas se deu devido à coesão da comunidade nacional a partir de um Estado forte (LEÃO, 2012).

Assim, desde então, a prática de reformas e aberturas iniciada em 1978 foi o que permitiu a reascensão do país na comunidade internacional, de modo que apresenta um exponencial crescimento e desenvolvimento até o momento.

Leão (2012) cita a grandiosidade desse crescimento em relação à variação do PIB chinês desde então:

[...] os números referentes à economia nacional chinesa são de longe os mais expressivos, tendo em conta o último quarto do século XX. Manter uma taxa de variação média do PIB por volta dos 10% ao ano significa que a cada sete anos a produção agrícola e industrial e a oferta de serviços desse país tem sua capacidade dobrada (LEÃO, 2012, p. 48).

Ressalta-se que essa continuidade do desenvolvimento chinês apenas é possível pois é atrelada à uma política externa estruturada, denominada como “pacífica” pelos chineses. Essa denominação e prática de uma política externa voltada à paz é advinda de um pensamento que é resultado das humilhações e agressões que a China vivenciou ao longo da história. Ou seja, após as diversas violências que sofreu, o então primeiro-ministro chinês Zhou Enlai adotou “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, de forma que abrange o mútuo respeito à integridade territorial, não agressão, não interferência externa, e igualdade e relação pacífica e benéfica mútua (PAULINO, 2018).

Portanto, a China adquiriu cada vez mais espaço no SI através dessa prática de política externa pacífica, o que garante sua ascensão e credibilidade perante os demais atores do globo. O projeto de desenvolvimento chinês não é voltado para garantir a hegemonia mundial. Ainda segundo Paulino (2018), a política de ascensão pacífica da China apenas corresponde ao presente histórico de garantir seus próprios interesses nacionais, beneficiando-se da globalização contínua da economia internacional.

Logo, a partir de 1980, a política de governo dos EUA de isolar a URSS e o surgimento das cadeias produtivas no leste asiático e conseqüente restrição econômica dos EUA perante países como o Japão e os Tigres Asiáticos, beneficiaram o encaminhamento de empresas multinacionais para a China, em especial para as ZEEs. Desta maneira, intensificaram-se as forças produtivas e exigiu-se a reformulação do país para atender essas demandas através de novas reformas econômicas, as quais desencadearam um êxodo rural para as áreas urbanas (LEÃO, 2012). Tal qual, como resultado, a partir de 1990, o país absorveu uma força produtiva intensa que efetivou o *boom* de exportações de produtos de baixo valor agregado para os países ocidentais e deu início a denominação da China como “fábrica do mundo” (PEDROZO, 2009).

Outrossim, em 1992, Deng retornou de sua aposentadoria para firmar o Grande

Compromisso, um documento que assegura a continuidade da modernização econômica e militar do país, porém, sem criar maiores tensões políticas com isso. De tal forma, esse compromisso serviu para agradar a todos os segmentos políticos, principalmente os marxistas-leninistas, que, após a queda da URSS, estavam preocupados com a abertura econômica do país (PINTO, 2013).

Leão (2012) destaca os principais tópicos que o Grande Compromisso assegurou:

i) sustentação e reforço da ligação entre o PCC e o ELP; ii) manutenção do caráter pragmático das reformas, principalmente no campo político e socioeconômico, com destaque para os aspectos relacionados ao capital estrangeiro; iii) maior controle dos aparatos e setores sociais (imprensa, cultura etc.); iv) liderança e intervenção do Estado nacional na condução das mudanças econômicas; v) ampliação do campo de relações diplomáticas com várias regiões do mundo a fim de legitimar o regime político chinês; vi) continuidade da modernização econômica com maior apoio do setor externo e da formação de grandes conglomerados nacionais capazes de competir internacionalmente; e vii) desenvolvimento tecnológico do aparelho militar (LEÃO, 2012, p. 166-67).

Na sequência, pode-se afirmar que o Grande Compromisso serviu como base para a política *Going Out* da China a partir de 1998, de tal forma que a iniciativa utilizada para sustentar as diretrizes supracitadas foi inserir o país na agenda global a partir da recepção estratégica de investimentos externos diretos (IEDs). Além disso, a segunda iniciativa foi de garantir uma política externa multilateral para assegurar tais investimentos, de maneira que pudesse legitimar o controle do PCC no poder após a queda da URSS (LEÃO, 2012). Assim, a China deu seus primeiros passos para se internacionalizar e adentrar na onda globalizante, da qual se beneficia até hoje.

Logo, a internacionalização chinesa teve suas origens no XVI Congresso do PCC em 1999, de maneira que um dos principais objetivos resultantes do Congresso foi o de intensificar o investimento direto chinês no estrangeiro por meio da descentralização e relaxamento das autorizações para saída das corporações e empresas privadas. Ou seja, a partir da forte ação estatal, o PCC aperfeiçoou suas estratégias de ampliação econômica a fim de facilitar os investimentos de suas empresas nacionais no exterior e incentivar os financiamentos destas para que fossem reconhecidas mundialmente no comércio internacional. É destes projetos de internacionalização de 1999 que surgiu, sob o X Plano Quinquenal, em 2001, a política chinesa do *Going Out* ou *Going Global* (CINTRA; PINTO, 2017).

Maria Rita Cintra (2011, p. 1) afirma que a *Going Out* foi uma prática estratégica que objetivou aproximar a China dos principais países exportadores de *commodities*, na tentativa de garantir as matérias primas necessárias para a continuidade do seu crescimento produtivo após a crise asiática da década de 1990. Não obstante, após sua entrada na OMC, a qual também atuou como momento-chave para tal internacionalização, surgiu a

necessidade de o país garantir espaço para a exportação dos excedentes de seus produtos.

A *Going Out* criou financiamentos e investimentos em megaprojetos de infraestrutura no estrangeiro — como rodovias e/ou portos — alinhada também ao estabelecimento de novas indústrias chinesas nessas regiões, o que foi uma grande jogada para o multilateralismo chinês. Cintra e Pinto (2017, p. 394) expressam que esse projeto constituiu “um movimento de exportação de investimentos com o objetivo de garantir demanda para a capacidade produtiva ociosa disponível na indústria pesada”.

É nesse contexto que a China estabeleceu relações mais frutíferas com os países latino-americanos, de tal maneira que a demanda chinesa por matérias primas nesse período atuou como fator-chave para essas novas relações bilaterais. Ressalta-se que esse aumento de comércio entre a China e a América Latina auxiliou a elevação das taxas de crescimento destes países, pois o intenso investimento e financiamento do Estado chinês sustentou um *boom* de exportações destes Estados do Sul Global. Por resultado, percebeu-se, em especial, um conglomerado de superávits na América Latina no período de 2000-2003 (MEDEIROS; CINTRA, 2015).

A aproximação da China perante a América Latina é clara diante de sua estratégia de cultivar um mercado consumidor de seus produtos e exportador de produtos de baixo valor para eles, além de firmar parcerias diplomáticas com esses países, logo que garantem uma agenda multilateral correspondente à política de coexistência chinesa.

Rodrigues e Hendler (2018) destacam que os principais IEDs chineses na região se fundamentam na compra de matérias primas e na constituição de *joint-ventures*, ou seja, parcerias em conjunto que têm como objetivo estruturar os megaprojetos e facilitar o estabelecimento das empresas chinesas no território.

### **O papel estratégico da América Latina para a ascensão chinesa**

O século XX foi marcado por nacionalismos, crises financeiras, guerras mundiais, ditaduras, revoluções nacionais, implementação de regimes democráticos e acentuação da globalização. Embora, para a China e para a América Latina, a maioria destes acontecimentos tenham sido extraterritoriais, estes abalaram substancialmente o âmbito doméstico e as relações internacionais dos mesmos. Com isso, tais Estados tiveram que lidar, em boa parte do século, com questões internas, contribuindo para que houvesse poucas relações sino-latino-americanas. Enquanto a China vivenciava, meses antes da metade do século XX, a formação da República Popular da China, unificando o país e criando bases para a implementação de políticas de abertura econômica que permitiram, no século seguinte, a intensificação de intercâmbios com vários países (CINTRA, 2011). A América

Latina atravessava um período com algumas guerras regionais, um elevado crescimento demográfico, preocupação com o desenvolvimento de seus parques industriais, longos anos de regimes militares e, sobretudo, estava sob baixo domínio estadunidense, influenciando as decisões da região em relação ao Sistema (CERVO; BUENO, 2011). Por estes e outros fatores, tanto a China quanto a América Latina, ao longo do século XX, permaneceram com relações distantes, alterando esse panorama apenas no século seguinte.

A partir da virada do século XX para o XXI, a política externa chinesa ganhou uma nova forma com o lançamento da estratégia de *Going Out*, em 2001, com o objetivo de “promover um relacionamento mais próximo com países produtores de *commodities* e assim assegurar as matérias-primas que o país necessitava urgentemente para dar continuidade ao seu crescimento econômico” (CINTRA, p. 3, 2011). Além disso, o país também conseguiu neste mesmo ano a sua entrada na OMC, sinalizando ao Sistema a vontade de participar não só do jogo político internacional, mas, sobretudo, dos fóruns multilaterais de decisões (PAULINO & PIRES, 2016). Neste sentido, o século XXI, representou para o Estado chinês uma oportunidade de demonstrar sua importância econômica e comercial, uma vez que a partir de então sua economia passou a ser aberta e competitiva com diversos mercados.

Segundo Rodrigues e Hendlar (2018), para colocar em prática a estratégia de *Going out* a China escolheu algumas regiões do globo, sendo uma delas a América Latina por razões geopolíticas e geoestratégicas. A partir dessa definição estratégica chinesa, pode-se questionar: qual o interesse da China na América Latina? Para Cintra (2011), pode-se entender tais interesses na região latino-americana a partir de quatro questões, são elas: a busca por *commodities*, o mercado para produtos chineses, a política de isolar Taiwan e o estabelecimento de alianças estratégicas.

A demanda chinesa por *commodities* está diretamente ligada ao crescimento econômico, industrial e à urbanização do país. Conforme Cintra (2013, p.19), embora China seja um grande produtor e detentor de reservas naturais, o Estado “não conseguiu que sua produção crescesse no mesmo ritmo de sua demanda, tendo que buscar *commodities* no mercado mundial”. Diante desta situação, o PCC encorajou as empresas estatais a buscarem relacionamentos no exterior para suprir as necessidades internas para manter o crescimento econômico e industrial do Estado (PAULINO; PIRES, 2016). A América Latina, por sua vez, é detentora de elevados percentuais de produção, de recursos naturais e energéticos. Em relação à produção de bens agropecuários, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (2014), a região latino-americana é rica em três fatores que sustentam o desenvolvimento de atividades voltadas para a produção de alimentos e suprimentos, são eles: a terra, a água e o habitat natural. Com isso, internacionalmente, os países acabam por

ter uma propensão à produção agrícola, o que é um tanto quanto estimulada por teorias econômicas, como a Teoria da Vantagem Comparativa de David Ricardo, que reforça que tais Estados devem investir nesse setor para adquirir ganhos econômicos.

Os interesses chineses na Argentina são, principalmente, em produtos agropecuários, sendo exportado produtos argentinos com baixo valor agregado como carne bovina, o couro, a soja, cevada e peixes (PETERS, 2014). No Brasil, a China visa bens como soja, carne bovina e suína, mas também recursos naturais de minério de ferro, petróleo e seus derivados, que são os motores do crescimento chinês em escala global (FERCHEN, 2011). Com o México, as relações comerciais são estratégicas de modo que “desde 2003, a China é o segundo parceiro comercial do México, e só depois dos Estados Unidos”<sup>1</sup> (PETERS, p.275, tradução nossa, 2014), importando, principalmente, carne bovina, milho, frutas e sorgo mexicano, de acordo com as informações do Ministério de Economia do México. Por fim, a Venezuela, constitui uma peça-chave para China em relação a recursos naturais, já que a economia do país desenvolve-se basicamente em torno do petróleo, o que, segundo Cintra (2013, p. 71), é essencial tanto para o crescimento econômico do asiático quanto “para a evitar sua dependência do mercado norte-americano”. Assim, a Venezuela exporta para a China tanto recursos naturais, como o petróleo, gás natural, carvão mineral, a bauxita, o ouro e o minério de ferro quanto alguns produtos agrícolas como o milho e o arroz, como apontam as estatísticas do Ministério da Economia, Finanças e Comércio Exterior.

De acordo com os dados do World Bank, em 2001, a população total da América Latina e Caribe era de aproximadamente 528.283.130 pessoas com uma renda *per capita* de US \$4.034,358. Esses fatores foram atrativos para que a China enxergasse o potencial mercado consumidor da região, tanto em relação ao contingente populacional quanto pela renda média das pessoas (CINTRA, 2013). Além disso, os latino-americanos possuem elevadas taxas de trabalho informal que, para a China, eram um fator interessante pela possibilidade de comercialização dos produtos chineses nesse mercado (ELLIS, 2009). Assim, o caminho para o gigante asiático é de mão dupla: de um lado importa bens necessários para seu crescimento econômico e industrial e por outro exporta seus produtos ao grande mercado consumidor latino-americano. Houve uma mudança considerável em relação às importações de produtos chineses com posse de governos de esquerda na América Latina, uma vez que ocorreu

A expansão do consumo das famílias trabalhadoras, que elevou a demanda

---

<sup>1</sup> “...desde 2003 China es el segundo socio comercial de México, y sólo después de Estados Unidos”.

## Os investimentos chineses na América Latina: Os casos da Argentina, Brasil, México e Venezuela (2010-2020)

por bens de consumo, sendo que parte significativa foi atendida pela importação de bens de consumo da própria China. Tal fenômeno pode ser explicado por três fatores: (a) a oferta barata e abundante oriunda da China; (b) a débil capacidade industrial da região e sua localização fora das principais cadeias produtivas mundiais; e (c) pela valorização cambial, a chamada “doença holandesa” (PAULINO & PIRES, p.12, 2016)

Assim, é perceptível que a partir de 2000, nos países latino-americanos houve uma elevação das taxas de importação dos bens chineses, levando com que grande parte dos produtos nas prateleiras destes Estados tenham por rótulo “*made in China*”, que expressa sua origem e também o aumento no intercâmbio comercial internacional.

Outra questão importante em relação ao interesse chinês na região diz respeito ao reconhecimento de uma única China, no caso, a República Popular da China em detrimento do reconhecimento de Taiwan. Em 1972, a Argentina e o México reconheceram a China continental e, em 1974, o Brasil e a Venezuela também o fizeram, elevando o número de Estados do Sistema Internacional que mantêm relações com o gigante asiático. Para Cintra (2013), isolar Taiwan faz parte da agenda chinesa de impedir que o governo de Taipé - considerada por Pequim como província rebelde - se torne independente. Com isso, a presença e os investimentos chineses na região da América Latina, a qual possui oito países que não reconhecem o governo de Pequim como legítimo, são parte de uma estratégia diplomática de “contenção das tentativas de independência de Taiwan”<sup>2</sup> (LE-FORT, 2006, s.p., tradução nossa).

Para Almeida (2005, p.10) a China não quer ter parceiros de nenhum tipo, isso porque ela é “o seu próprio e único parceiro”. No entanto, na opinião de Cintra (2013) alguns parceiros estratégicos foram estabelecidos na América Latina, sendo eles: Venezuela em 2001, México em 2003, Brasil em 2004, Argentina em 2004, e Peru em 2008. Estabelecer estes atores como parceiros no popularmente conhecido como “quintal” dos EUA, significa não só desafiar a hegemonia norte-americana, mas também demonstrar a nova agenda internacional chinesa do século XXI, que propõe-se a ser um *player* global do Sistema Internacional (RODRIGUES; HENDLE, 2018). Entretanto, Cintra (2013) ressalta que a presença e aproximação chinesa com os países latino-americanos está relacionada à negligência dos EUA na região, motivada pelo sentimento de vácuo de poder na região, principalmente, após os atentados de 11 de setembro. Nesse sentido, a estratégia de Pequim é relacionar-se com estes Estados via comércio bilateral, injeção de investimentos em setores estratégicos e criação de fóruns multilaterais para discussão de temas econômicos, comerciais e até políticos, como forma de transmitir para o mundo sua nova agenda de

---

<sup>2</sup> “...contención de los intentos de independencia de Taiwán”.

inserção internacional.

### **Investimentos chineses na América Latina**

Os investimentos chineses na América Latina tiveram início na primeira metade dos anos 2000, como parte de um bem-sucedido projeto de inserção da China na região historicamente dominada pela hegemonia estadunidense. Sendo a agenda de política externa do dragão asiático pautada no amadurecimento e no estreitamento da cooperação Sul-Sul, as relações com os Estados da porção latina do continente americano ganharam novos contornos, à medida que passaram a ser vistas como aspectos estratégicos para a ascensão pacífica da China no Sistema Internacional contemporâneo. Desde então, o país asiático emergiu como uma importante fonte de financiamento global, e as empresas chinesas têm sido figuras significativas em diversos setores e indústrias latino-americanas, sobretudo nos âmbitos do petróleo e mineração (CHEN; LUDENA, 2014).

Desde o *boom* das *commodities* no início do século XXI, a China se manteve como uma presença constante na América Latina e buscou intensificar seu engajamento na região em outras áreas de cooperação (BERG; ARAGÃO, 2021). Deste modo, o crescente interesse chinês em fortalecer os vínculos com a região se manifestou primeiramente por meio do comércio e foi seguido pela exportação de capitais. Ainda que relativamente modestos, à princípio, os investimentos chineses em determinados países latino-americanos tiveram um aumento substancial em volume e diversificação na última década, tendo expandido de 12% do investimento estrangeiro total da China em 2014 para um pico de 21,4% em 2017 (DING et al, 2021). A respeito da ampliação da pauta de investimentos estrangeiros, Ding et al (2021) apontam que a China se voltou para setores nos quais possui vantagens comparativas nos mercados globais.

Assim sendo, os investimentos chineses, antes particularmente concentrados em combustíveis fósseis, metais e na agricultura, passaram a se destinar cada vez mais aos setores de manufatura e serviços, tais como transporte, tecnologia da informação e comunicação (TIC) e eletricidade (TEIXEIRA, 2020; DING et al, 2021), o que evidencia o desejo chinês de se inserir mais concretamente nas economias dos Estados latino-americanos. À medida que a China assume um papel crescentemente decisivo na nova ordem mundial, é esperado que sua presença na América Latina seja intensificada e relações de parceria sejam construídas e aperfeiçoadas. No entanto, apesar dos números acentuados, os fluxos de investimentos chineses na América Latina permanecem direcionados a um grupo seletivo de países (CEPAL, 2018), alguns dos quais serão abordados de maneira mais

precisa no presente artigo.

### **Investimentos chineses na Argentina**

O ano de 2001 foi o marco que estabeleceu a ampliação do comércio chinês sob a economia internacional, sobretudo na América Latina, após a entrada do dragão asiático na OMC. Além disso, nesse período, a região latino-americana começou a experimentar uma nova fase em seu processo de desenvolvimento, o qual destacou um crescimento significativo após a ascensão da conhecida “onda rosa”. A Argentina não foi uma exceção, após sentir a crise do modelo neoliberal em dezembro de 2001 com uma contração de 10,2%, estabilizou-se a partir de 2002 mediante a desvalorização cambial e subsequente superávit econômico, principalmente com a China (FREITAS, 2016).

Para compreender os investimentos chineses na Argentina, sobretudo entre 2010 e 2020, é necessário destacar que as relações sino-argentinas se estabeleceram em fevereiro de 1972 após a aproximação da China com os EUA através do secretário de Estado, Henry Kissinger. Desde então, os dois países mantêm uma relação próxima através da assinatura de diversos tratados bilaterais de cooperação em diversos setores, como ciência e tecnologia, integração econômica e comércio exterior. Durante a década de 1990, a China ultrapassou o Japão e se tornou o maior sócio comercial da Argentina do continente asiático. Tal qual, as relações bilaterais se acentuaram a partir do governo de Cristina Kirchner (2007-2015), de modo que em 2010, a China se tornou o segundo país de destino das exportações e de origem das importações argentinas (FREITAS, 2016).

Como já mencionado acima e a partir dos dados da Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre a China (Rede ALC-China, 2019), os IEDs chineses na América Latina de 2010-2018 estiveram divididos em: i) US \$54,152 milhões em matérias primas; ii) US \$36,726 milhões em serviços e mercado interno; iii) US \$9,831 milhões em manufaturas; iv) US \$720 milhões em compra de tecnologia. De tal modo, vê-se que a maior parcela dos IEDs está voltada à exploração dos recursos naturais, e a Argentina, juntamente com o Brasil, são os países que recebem as maiores quantias.

Javier Vadell (2011) menciona que os investimentos mais destacados na Argentina estão voltados para o setor de energia, em específico, o setor petrolífero. De forma que, a Energía Argentina Sociedad Anónima (ENARSA), principal companhia energética argentina, mostrou-se aberta ao capital chinês para que ocorresse exploração de petróleo offshore no Atlântico Sul. Ademais, o autor cita que em 2010, a Companhia Tierra del Fuego Energia e Química, firmou um acordo de US \$600 milhões com empresas chinesas

para a exploração de gás natural na Patagônia, região sul da Argentina. E, ainda, a compra de jazidas de minérios por parte da China se mostra crescente na região desde 2009. Portanto, Urdinez (2013, p. 7) expressa que “a importância dos recursos naturais se resulta fundamental para o momento em compreender o IED chinês na Argentina e Brasil”.

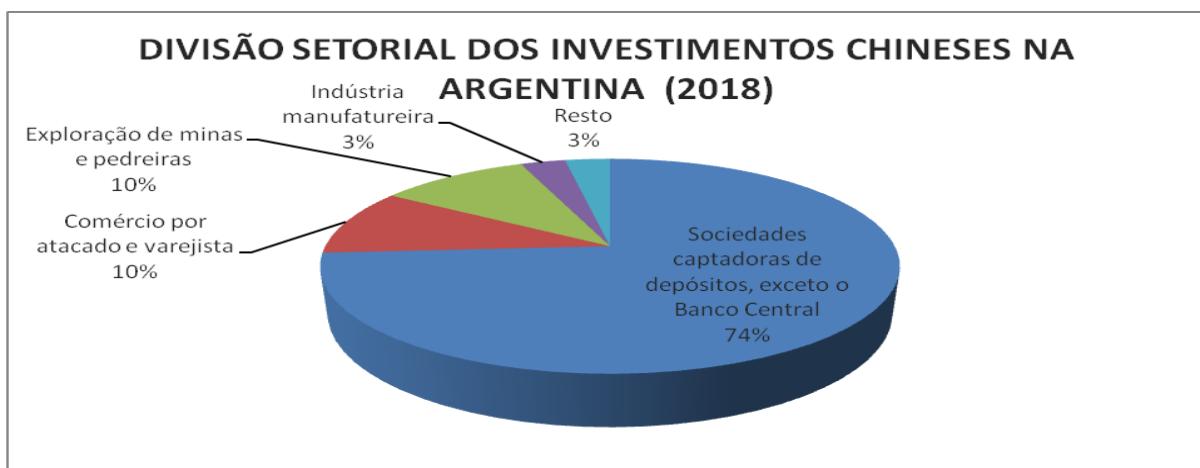
Destarte, a área de infraestrutura se destaca no âmbito dos IEDs chineses na Argentina. Segundo dados do Informativo de Buenos Aires da Confederação Nacional da Indústria (2017), firmou-se o Convênio de Cooperação Econômica entre China e Argentina em 2004, na qual se constituiu o Plano Quinquenal Integrado China-Argentina para Cooperação em Infraestrutura (2017-21) que priorizou as áreas de energia, transporte, recursos e tecnologia da informação. Dentro do Plano, estabeleceu a restauração dos sistemas ferroviários de San Martín, Roca Freight, Miltre Freight, Urquiza, Belgrano e entre outros. A partir disso, à Argentina convém manter estreitos esses laços de investimentos para garantir um escopo de desenvolvimento benéfico.

Roberto Valim expressa sobre essa necessidade chinesa nos investimentos em exploração dos recursos naturais, a qual nos últimos anos tem se diversificado através da melhora econômica que os países latino-americanos têm usufruído:

Dado o fluxo comercial entre a região e a China, é natural que investimentos destinados a facilitar esse “vai e vem” de bens tornem-se relevantes. Grande parte das subsidiárias chinesas na América Latina são, na verdade, apenas escritórios de vendas. Este tipo de investimento serve, além de obviamente dar suporte às vendas, para aprofundar o conhecimento dos mercados locais e posteriormente facilitar projetos de investimentos de forma mais consistente (VALIM, 2012, p. 61).

Logo, no final de 2020, o atual presidente argentino, Alberto Fernández, anunciou quatro novos acordos de investimentos para com a China, os quais abarcam uma quantia de US \$4,69 bilhões para revitalização de ferrovias no interior do país sul-americano. Tais investimentos são coordenados pelas estatais China Railway Construction Corporation (CRCC), China Machinery Engineering Corporation (CMEC) e Yutong (BRASIL MODAL, 2020).

## Os investimentos chineses na América Latina: Os casos da Argentina, Brasil, México e Venezuela (2010-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da *Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional* (2018).

No gráfico acima, percebe-se que os IEDS chineses estão, em sua maioria, 74% voltados para as sociedades captadoras de depósitos, em sua maioria, bancos privados e públicos que realizam a transação do capital para os megaprojetos da iniciativa chinesa. Logo, 10% para o comércio de atacado e varejo que abrange inúmeros produtos exportados para a China. Outros 10% diretamente para a exploração de minas e pedreiras, as quais se mostram essenciais para a demanda chinesa por matérias-primas. E, 3% para a indústria manufatureira que abarca a produção de bens primários, a qual acaba sendo um mercado lucrativo para a China nas exportações argentinas. Por último, 3% para o resto.

Dessa maneira, pode-se perceber que a China vem considerando a Argentina como futuro grande parceiro estratégico. Apesar do Brasil ainda ser o primeiro parceiro comercial da China na região, desde o estabelecimento das relações em 1972 até hoje com o governo Fernández, o país tem se projetado significativamente como grande captador de IEDs do dragão asiático, numa tentativa atual de ultrapassar a crise fiscal que o país enfrenta.

### Investimentos chineses no Brasil

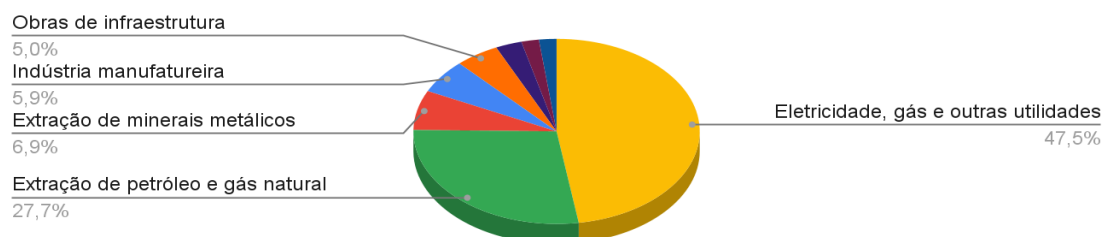
A presença chinesa na América Latina aumentou significativamente a partir do início do século XXI e com o Brasil isso não foi diferente. De acordo com Garcia (2020, p.152), essa manifestou-se de três formas: do “comércio, IEDs e empréstimos”. Com relação ao comércio sino-brasileiro, em 2000, conforme os dados do Ipea (2011), os dez principais destinos das exportações do Brasil eram em ordem decrescente: EUA, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido. Este cenário foi modificado já em 2009 quando a China ocupou a posição de principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os vizinhos americanos, EUA e Argentina. Conforme Peters

(2014), o saldo da balança comercial entre Brasil e China desde 2000 vem sendo favorável ao lado brasileiro, percebendo um déficit apenas em 2007 quando houve uma valorização do real frente à moeda chinesa, levando ao aumento das importações maior que as exportações. Tal crescimento exponencial do comércio sino-brasileiro tanto de exportações quanto de importações foi percebido no interior da China, levando o Brasil a ser um destino atraente para o depósito de novos investimentos, motivados, principalmente, por sua extensão territorial e condições físicas (CEBC, 2021).

Apesar da participação chinesa na economia brasileira ser sustentada, principalmente, pelo *boom* das *commodities*, tais relações não aparentam ser momentâneas. Isso é facilmente explicado pelo interesse não apenas do Estado chinês no Brasil, mas também da sociedade civil em investir em empresas públicas e privadas brasileiras. Esses investimentos são entendidos por Rodrigues e Hendler (2018, p.6) como um tipo de “interesse duradouro”, que busca o estabelecimento de uma “relação estratégica de longo prazo”, além da possibilidade de criação ou expansão de empresas nesse país.

Conforme Garcia (2020), o início dos investimentos estrangeiros diretos chineses no Brasil se deram em 2010, sendo basicamente em produtos exportados, nas *commodities*. Já de 2011 a 2013, o gigante asiático direcionou esses investimentos para o setor industrial brasileiro e, em seguida, para os setores de serviços. Contudo, a partir de 2014, os IEDs atingiram uma das áreas estratégicas do país, o setor energético, tornando a maior parcela do total dos investimentos chineses no Brasil. Conforme o gráfico abaixo, os investimentos chineses no Brasil foram destinados a seis setores-alvos.

#### DIVISÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL (2007 - 2020)



Fonte: elaborado pelos autores através dos dados do CEBC, 2020.

O gráfico acima reforça as discussões das seções anteriores a respeito de que o real interesse no Brasil e na América Latina sejam os recursos naturais e energéticos. E por trás desses IEDs há objetivos que podem ser divididos de acordo com seus propósitos em “a)

‘orientados aos recursos naturais’; b) ‘orientados ao mercado’ e c) ‘orientados à eficiência’” (RODRIGUES & HENDLER, p.18, 2018). Estes são observados tanto na abertura de empresas transnacionais no Brasil quanto em aquisição de participação em empresas brasileiras, tais como a Sinopec, maior refinaria da China, aquisição de 57,6% da comercializadora de grãos Brasil Fiagril e a aquisição de 80% através da China Communications Construction Company (CCCC) da Concremat Engenharia (GARCIA, 2020).

Paralelamente aos IEDs, o relacionamento China-Brasil também é aproximado por meio de empréstimos alimentados pela participação do Brasil no grupo dos BRICS, já que uma das ambições destes países é a promoção do financiamento para o desenvolvimento, fugindo das amarras do Sistema Internacional e da hegemonia norte-americana. De acordo com Garcia (2020), o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS de 2016 a 2019 já concedeu empréstimos ao Brasil para a realização de sete projetos, sendo eles voltados para a área de energias renováveis, infraestrutura e transporte e infraestrutura sustentável para a Petrobras. Perante esses fatos, pode-se notar que mesmo com as incertezas políticas que o Brasil atravessou e atravessa, a China continua a fazer-se presente no país ora com maior convergência de interesses, principalmente, nos fóruns multilaterais e contestação da ordem sistêmica, ora com um relacionamento mais voltado para o campo econômico e comercial.

### **Investimentos chineses no México**

A crescente inserção da China na América Latina se mostra particularmente complexa no caso do México, diante do longo histórico de envolvimento econômico e político dos EUA no país e do já conhecido antagonismo entre as duas grandes potências do Sistema Internacional contemporâneo. Em razão de sua proximidade e posição geograficamente estratégica, o México sempre foi visto como um importante peça para a hegemonia regional estadunidense, e tal relação se manifestou no estabelecimento de laços estreitos entre os dois Estados. Destarte, a aproximação do governo mexicano com a nação asiática traz à tona uma série de desafios às suas relações com ambos os países e, conforme expresso por Coqui, “se o México puder navegar com eficácia no confronto entre as duas superpotências, percorrerá um extenso caminho para moldar não apenas seu próprio futuro econômico, mas também o futuro da rivalidade EUA-China<sup>3</sup>” (2021, s/p, tradução nossa).

---

<sup>3</sup> “If Mexico can effectively navigate the showdown between the two superpowers, it will go a long way in  
**15 | CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O relacionamento bilateral sino-mexicano ganhou força e substância a partir do início do século XXI, em face da amplitude e intensidade das interações econômicas, políticas e diplomáticas firmadas entre os dois durante e após esse período (PETERS, 2016). Seguindo essa lógica, a China se tornou o segundo maior parceiro comercial do México no ano de 2003, atrás apenas dos EUA, originando uma parceria dinâmica e frutífera. Ainda que o comércio do México com a China seja significativamente menor do que seu comércio com os EUA, as últimas duas décadas observaram um salto de 1% (2000) para 9,8% (2019) na fatia da participação chinesa na economia mexicana, enquanto o desempenho estadunidense teve uma queda de 18% (OEC, 2019; COQUI, 2021), números que evidenciam a intensificação das relações comerciais sino-mexicanas, apesar de suas grandes assimetrias.

Todavia, o México continua a ser um destino de investimento pouco explorado pela China, apesar das oportunidades e possibilidades que rodeiam essa cooperação. Consoante divulgado em relatório de 2020 da Rede ALC-China, o México se encontra dentre os Estados latino-americanos que menos tiveram projetos financiados com investimento chinês nos últimos 14 anos (BNAMERICAS, 2021). A abundância de recursos naturais, a crescente capacidade de manufatura e o ambiente jurídico previsível tornam o país um cenário estratégico para potenciais investidores chineses (LIU; VEGA; ALFORD, 2020). Contudo, as empresas da potência asiática dirigem seu foco a outras nações latino-americanas, posição realçada pela postura de López Obrador, atual presidente mexicano, que busca reforçar a integração comercial nas Américas em detrimento do fortalecimento do poderio econômico chinês (EL FINANCIERO, 2021). Deste modo, os EUA se mantêm como uma forte presença na região. Entre 1999 e 2018, a China investiu cerca de US \$1 bilhão no México, em contraposição aos US \$292,6 bilhões investidos pelos EUA no mesmo período (COQUI, 2021). No entanto, Martha Bárcena Coqui aponta uma mudança nessa dinâmica:

Recentemente, a China Communications Construction Company, associada à companhia portuguesa Mota Engil, ganhou a licitação para a construção de uma seção do Trem Maya, um dos projetos-carro-chefe do Presidente Andrés Manuel López Obrador. As empresas chinesas também venceram licitações para exploração e produção de petróleo nas primeiras rodadas da reforma energética mexicana. A Hutchison Ports Holding, sediada em Hong Kong, por sua vez, administra os portos mais importantes do México<sup>4</sup> (2021, s/p, tradução nossa).

---

shaping not only its own economic future, but also the future of the U.S.-China rivalry”.

<sup>4</sup> “Recently, the China Communications Construction Company, associated with the Portuguese company Mota Engil, won a tender to build a section of the Maya Train, one of President Andrés Manuel López Obrador’s flagship projects. Chinese companies also won tenders for oil exploration and production in the first rounds of the Mexican energy reform. Hong Kong-headquartered Hutchison Ports Holding, meanwhile, manages Mexico’s most important ports”.

Nos últimos anos, o governo mexicano tem se empenhado em estabelecer a criação de bases mais concretas para o incremento do investimento estrangeiro direto no México (PETERS, 2016; ORTIZ, 2021). Tal projeto se intensificou após a recessão que teve início em 2019 e foi agravada pela pandemia do COVID-19, uma vez que o investimento privado é percebido como um estímulo ao crescimento econômico. No início de 2021, o Ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, salientou o interesse do país em ampliar a parceria estratégica com Pequim e agradeceu o apoio dado pelo Estado asiático no combate ao Coronavírus (DW, 2021). Deste modo, após o fracasso de alguns investimentos da China em solo mexicano, notadamente a construção do complexo comercial Dragon Mart em Cancún e a criação de um trem-bala entre a Cidade do México e Querétaro (PETERS, 2016), responsáveis por tensionar o relacionamento bilateral, o México tem se reaberto como um destino atraente para investidores chineses, sobretudo nos setores de energia, telecomunicações, transporte e turismo.

### **Investimentos chineses na Venezuela**

A presença da China na América Latina, assim como em outras regiões do globo, seguiu num processo de “eclipsar os EUA em muitas áreas essenciais dos negócios internacionais e construindo um ambiente que deixará a ação hegemônica americana mais difícil” (OLIVEIRA, 2009, p. 67). Nos governos de esquerda que chegaram ao poder nas décadas de 2000 e 2010, a busca por autonomia política e econômica foi elemento de grande importância; dentro disto, o governo de Hugo Chávez representou uma das maiores transformações no continente, especialmente por sua oposição à hegemonia ocidental.

A Venezuela, que havia atravessado uma estagnação de crescimento e um péssimo desempenho econômico a nível generalizado (WEISBROT; SANDOVAL, 2007), encontrava na produção de petróleo sua principal aposta para estimular a economia do país. A estabilização política alcançada (com certa dificuldade) no governo de Chávez levou a uma melhora das perspectivas econômicas, explorando possibilidades vantajosas de produção e comércio (GUERRA, 2008) e diversificando relações comerciais e diplomáticas. Isto ocorreu junto a uma busca por ampliar suas exportações e diminuir sua vulnerabilidade, utilizando esta aproximação também como uma “moeda de troca” em negociações estratégicas (VILLA, 2004).

Os EUA, que durante toda a década de 2000 representavam o principal destino das exportações venezuelanas, acabaram por ganhar concorrentes à altura na década de análise

deste trabalho, a partir de 2010. A maior presença da China, que em 2010 recebia cerca de 9% das exportações e de onde partiam cerca de 10% das importações da Venezuela, e que saltou para 28% das exportações venezuelanas (apenas atrás da Índia) e 27% das importações do país latino, se tornando seu principal fornecedor em 2019 (dados obtidos do Observatório de Complexidade Econômica, 2022).

A Venezuela é também, ao mesmo tempo, o país latinoamericano que mais recebe empréstimos da China, que normalmente recebe seus pagamentos em petróleo venezuelano (ELLIS, 2018). Os investimentos chineses no país se dão em direção principalmente ao petróleo (60,5% do total), sendo que outros setores como construção, telecomunicações, transportes, minérios e outros correspondem a 39,5% dos investimentos (PIÑA, 2019).

Por um lado, as condições históricas moldaram demandas bolivarianas anti-hegemônicas, e por outro influenciaram a reação do governo de Maduro frente à atuação dos EUA na desestabilização do país. Configurou-se assim um cenário perfeito para que uma outra potência preenchesse o espaço vazio deixado pela rejeição à presença dos EUA, onde o aumento do intercâmbio da Venezuela para com a principal economia a fazer frente à estadunidense, demonstra também o caráter de competição e estratégia do país asiático.

A busca da China por mercados e produtos se intensifica junto ao aumento da complexidade da projeção do país, sendo que na América Latina bastante discutida, opondo noções de uma ofensiva deliberada contra os EUA ou uma busca por oportunidades de aceleração de sua economia (ROETT; PAZ, 2008). Associações ideológicas são evitadas em favor de relações comerciais, apesar de no caso venezuelano o fator ideológico não se desligar completamente. Isto se deve ao fato de que a China se utiliza do isolamento imposto pelo Ocidente por sobre a Venezuela (e a posição desta frente a esse fato) e ao mesmo tempo ignora pressões dos EUA para manutenção desta dinâmica.

Esse aumento da presença da China no contexto econômico venezuelano se mostra positiva para ambos, tendo em vista que o país asiático se encontra entre os principais consumidores de petróleo no mundo (CINTRA, 2011) e outros minérios que compõem a produção e exportação do setor primário venezuelano. Segundo Piña (2019), as cifras do IED da China em direção ao setor petrolífero da Venezuela alcançaram, de 2000 a 2018, em torno de 3,6 bilhões de dólares, sendo que a maior parte deste montante foi destinada à aquisição de capital fixo.

## Considerações finais

A China representa hoje a segunda maior economia do mundo, fato este que teve início com o projeto de modernização conhecido como as Quatro Modernizações, iniciado em 1978 sob o governo Deng Xiaoping. Ainda, dentro do projeto de crescimento do dragão chinês, destaca-se sua entrada na OMC e a implementação da política *Going Out* a partir de 2001, acontecimentos-chave que deram continuidade à ascensão pacífica do país no contexto da globalização. Assim, com o aumento da produtividade chinesa e sua consequente denominação como “fábrica do mundo”, o país asiático precisou ampliar suas relações exteriores em busca de mercados consumidores e de *commodities*, através de uma política externa multilateral e direcionada para investimentos diretos em regiões estratégicas do globo, em especial a América Latina.

Geopoliticamente, a América Latina é berço de recursos naturais importantes e como resultado, suas estruturas produtivas se voltam a atividades agrícolas, o que a torna um importante *player* exportador para as grandes economias. Devido a isso, a China, a partir do início do século XXI, firmou alianças estratégicas com a maioria dos países da região através dos IEDs. Para esta pesquisa, analisou-se especificamente os investimentos diretos na Argentina, Brasil, México e Venezuela, os quais se apresentam como grandes economias e alianças latino-americanas para com a China.

Após a verificação dos principais setores que recebem IEDs chineses, percebeu-se que, no início dos anos 2000, com o *boom* das *commodities*, os IEDs estavam voltados a áreas como agricultura, metais e combustíveis fósseis. Entretanto, no período de 2010 a 2020, a China diversificou suas áreas de atuação e começou a investir em setores de manufatura e serviços, tais como *joint-ventures* para o financiamento dos megaprojetos de infraestrutura.

Como exemplo, evidenciou-se na Argentina investimentos diretos em bancos, os quais acabam sendo uma peça de créditos para os grandes projetos de infraestrutura de rodovias que a China corrobora no país. No Brasil, os IEDs estavam focados no setor de recursos naturais, tais como eletricidade, petróleo, gás e energia, o que explica o país ser o maior parceiro regional da China por seu grande potencial de matérias-primas.

Na sequência, o México se torna uma exceção: apesar dos grandes investimentos chineses nas áreas de transporte, energia e telecomunicações, o país ainda se encontra isolado perante a China por sua posição fronteiriça com os EUA e seu histórico de relações com a potência vizinha. Como resultado, apesar das tensões e dificuldades encontradas nas relações bilaterais, a presença chinesa tem se intensificado aos poucos sob uma reabertura

no país latino-americano. Por fim, a Venezuela, com suas significativas reservas de petróleo e minerais, representa uma área estratégica para os IEDs chineses, visto que se encontra em uma posição isolada pelo Ocidente, o que favorece as relações com a China, de forma que este último é um dos maiores consumidores de petróleo do mundo, o que potencializa sua presença no território através, principalmente, de capitais fixos.

Portanto, a hipótese levantada ao início desta pesquisa, de que os investimentos chineses representam uma ampla estratégia da política externa de ascensão pacífica da China, a qual visa o aprofundamento das relações Sul-Sul, em especial com a América Latina, corrobora-se após os fatos apresentados acima. Desta maneira, a região latino-americana se torna necessária para a continuidade do crescimento produtivo chinês, o qual demanda um potencial mercado consumidor de seus produtos e, principalmente, exportador de recursos naturais.

*Recebido em 29 de janeiro de 2022. Aprovado em 13 de junho de 2022.*

## Referências

ALMEIDA, P. R. de. (2005). A China e seus interesses nacionais: algumas reflexões histórico-sociológicas. *Colunas de RelNet*, n. 11.

AMLO llama a ‘detener’ a China: pide más integración entre México, EU y Canadá. *El Financiero*, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3fv8tbE>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ARGENTINA fecha acordo com a China para investimentos de US \$4,7 bi em ferrovias. Brasil Modal Notícias. Postado em 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3KjEwJR>>. Acesso em 12 jan 2022.

BERG, R. C.; ARAGÃO, T. (2021). Is Latin America Important to China’s Foreign Policy? *Center for Strategic & International Studies*, 09 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3ruT8xz>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BIATO JÚNIOR, O. (2010). *A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993 - 2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: <<https://bit.ly/33IjO5q>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

BID. [Banco Interamericano de Desenvolvimento] (2021). *O próximo celeiro global: como a América Latina pode alimentar o mundo*. Global Harvest Initiative. Disponível em: <<https://bit.ly/325k7a2>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

CEBC. [Conselho Empresarial Brasil - China] (2021). *Investimentos chineses no*

**Os investimentos chineses na América Latina: Os casos da Argentina, Brasil, México e Venezuela (2010-2020)**

*Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007 - 2020)*. Brasília: Bradesco Corporate.

CEPAL. (2018). *Exploring new forms of cooperation between China and Latin America and the Caribbean*. Segunda Reunião Ministerial do Fórum da China e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Santiago: Nações Unidas.

CERVO, A. L.; BUENO, C. (2011). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Unb, 2011.

CHEN, T; LUDENA, M. P. (2014). *Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean*. CEPAL – Production Development Series No. 195. Santiago: Nações Unidas, jan. 2014.

CHRIST, J. (2017). What the Impact of Chinese Investments Could Mean for Mexico. *Diplomatic Courier*, 13 nov. 2017. Latin America, Politics. Disponível em: <<https://bit.ly/3ny0BdX>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

COQUI, M. B. (2021). Why Mexico's Relationship with China Is So Complicated. *Americas Quarterly*, 28 set. 2021. China and Latin America. Disponível em: <<https://bit.ly/34OGOjO>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

CINTRA, M. R. V. P. (2011). China na América Latina: suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação Sino-Latio-Americana no relacionamento triangular China - América Latina - EUA. In: 3º *ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011*, 2011, São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/3fztGBa>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. (2013). *A presença da China na América Latina no século XXI - suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos*. Dissertação (Pós-graduação em Economia Política Internacional) - UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://bit.ly/3twd0CZ>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

\_\_\_\_\_, M. A. M.; PINTO, E. C. (2017). China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº 2 (147), pp. 381-400, abril-junho/2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3rpxZVo>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

DING, D.; VITTORIO, F. di; LARIAU, A.; ZHOU, Y. (2021). *Chinese Investment in Latin America: Sectoral Complementarity and the Impact of China's Rebalancing*. International Monetary Fund Working Paper, Western Hemisphere Department.

ELLIS, R. E. (2009). *China in Latin America: The Whats and Wherefores*. EUA: Lynne Rienner Publishers, 2009.

ELLIS, E. (2018). Hacia una asociación estratégica: Las inversiones de China en América Latina. *Revista de Red CAEM*, v. 27, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/34ZIszi>>. Acesso em: 07 jan 2022.

FERCHEN, M. (2011). As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? *Revista Sociologia e Política*, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/34ZICXq>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

FREITAS, A. (2016). *Relações Argentina - China: a construção de um vínculo assimétrico*. Dissertação (Pós-graduação em RI) UNB. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3Aezk5l>>. Acesso em: 12 jan 2022.

GARCIA, A. S. (2020). Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na

Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. *Revista Tempo do Mundo*, n. 22, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3rpkyou>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

GUERRA, J. (2008). La política económica del gobierno de Hugo Chávez. *Entorno Económico*, sic, v. 710, p. 468-470. Disponível em: <<https://bit.ly/33KUrzV>>. Acesso em 06 jan 2022

INFORME PAÍS CHINA - 2018. *Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional*. Disponível em: <<https://bit.ly/3GCuIIJ>>. Acesso em 16 jan 2022.

KISSINGER, H. (2011). *Sobre a China*. Rio De Janeiro: Objetiva, 2011.

LEÃO, R. P. F. (2012). A Economia Política da transição chinesa no último quartel do século XX. *Revista Tempo do Mundo - RTM*, v. 4, n. 3, p. 153-177, dez. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3AfTa0c>>. Acesso em: 11 jan 2022.

LE-FORT, M. P. (2006). China y América Latina: estrategias bajo una hegemonía transitoria. *Nueva Sociedad*.

LIU, R.; VEGA, D. D. de la; ALFORD, J. K. (2020). *Chinese Investment in Mexico: an Overview*. Hughes Hubbard and Reed LLP, 2020.

MARCELO Ebrard: México y China ampliarán su “asociación estratégica”. *Deutsche Welle*, 2 jan. 2021. Actualidad - América Latina. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3nRpb>> Acesso em: 6 jan. 2022.

MEDEIROS, C. A. de. CINTRA, M. R. V. P. (2015). Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3tASX6s>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, H. A. de. (2009). A inserção da China no Pós-Guerra Fria. In: PLATE, Katja Christina. *O mundo 20 anos após a queda do muro*. 2. ed. S.L: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. p. 59-72.

PAULINO, L. A. (2018). Hegemonia ou Governança Global Compartilhada. O que a China pensa? *Brazilian Journal of International Relations - BJIR*, Marília, v. 7, n. 3, p. 581-610, set./dez. Disponível em: <<https://bit.ly/3fz9BLy>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (2016). As relações entre a China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. *Economia e Políticas Públicas*, v.4, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3IgB0hl>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

PIÑA, C. E. (2019). *Inversiones y préstamos chinos en el sector petrolero venezolano (2000-2018)*. Universidad Nacional Autónoma de México, v. 1, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/33IJ6jQ>>. Acesso em: 09 jan 2022.

OECD - Observatory of Economic Complexity. *México*. Disponível em: <<https://bit.ly/34YHJym>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

OECD - Observatory of Economic Complexity. *Venezuela*. Disponível em: <<https://bit.ly/3GCeMpZ>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

ORTIZ, R. (2021). Mexico, China & the US: A Changing Dynamic. *Americas Quarterly*, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3A5j5HI>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

PEDROZO, G. E. (2009). A via chinesa de desenvolvimento e o papel das empresas

**Os investimentos chineses na América Latina: Os casos da Argentina, Brasil, México e Venezuela (2010-2020)**

estatais na dinamização da economia. *Revista Aurora*, PPGCS - UNESP, ano III, v. 4, p. 47-56, jul de 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3fxUkKT>>. Acesso em: 10 jan 2022.

PETERS, E. D. (2016). Chinese Investment in Mexico: The Contemporary Context and Challenges. *Asian Perspective*, n. 40.

PETERS, E. D. (org.). (2014). *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 casos de estudio*. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe. Disponível em: <<https://bit.ly/3A9v6Mw>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

PINTO, E. C. *O milagre econômico chinês: principais determinantes internos*. Economia Política, Site Carta Maior. Disponível em: <<https://bit.ly/3qARFGt>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

*Relações Argentina-China*. (2017). Informativo de Buenos Aires. Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ano 4. nº 6. Jun 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3A7bkB2>>. Acesso em: 12 jan 2022.

RODRIGUES, B. S.; HENDLER, B. (2018). Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. *Revista Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.6 n.3, p.5 - 25. Disponível em: <<https://bit.ly/34MUKe7>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ROETT, R.; PAZ, G. (2008). Introduction: Assessing the implications of China's growing presence in the western hemisphere. *China's Expansion Into the Western Hemisphere*, p. 1-26. Disponível em: <<https://brook.gs/3tPVvhh>>. Acesso em: 10 jan 2022.

TEIXEIRA, A. G. (2020). After the super boom - China in the LAC region. *Central Banking, Economics*, 04 mai. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3nBa6sG>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

THE 'missing piece in the puzzle' for Chinese investments in Mexico. *BNamericas*, 9 abr. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3rqRBZ9>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

THE WORLD BANK. (2021c). *World Development Indicators: The World Bank Group at Work*. Washington D.C.: World Bank. Disponível em: <<https://bit.ly/3qwLbIJ>>. Acesso em:

URDINEZ, F. (2013). La Economía Política en las relaciones de Argentina y Brasil con China: Las cuatro variables de la agenda. *Revista NEIBA. Cadernos Argentina e Brasil*, vol. II, nº 1. Nov 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3roUf1y>>. Acesso em: 12 jan 2022.

VALIM, R. B. (2022). *Investimentos Externos Diretos da China no resto do mundo*. Monografia. UFRJ. Jan 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3nv6EzS>>. Acesso em: 10 jan 2022.

VADEL, J. (2011). A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do Pacífico. *Revista Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov. Disponível em: <<https://bit.ly/3GFSvr2t>>. Acesso em: 10 jan 2022.

VIEIRA, P. A.; BUAINAIN, A. M.; FIGUEIREDO, E. V. C. (2016). O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Tempo do Mundo*. Brasília: IPEA, p. 51 - 81. Disponível em: <<https://bit.ly/UGIge>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

VIEIRA, R. L. (2013). *Brasil, China e os EUA na atual conjuntura da economia*-  
**23 | CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

*mundo capitalista*. – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica. 284 p.

VILLA, R. D. (2004). Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. *Cuadernos del CENDES*, v. 21, n. 55, p. 21-45, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3rkTBSK>>. Acesso em 08 jan 2022.

THE WORLD BANK. 2019. *GDP (CURRENT US\$) – Latin America and Caribbean*. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&locations=ZJ&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=2019](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&locations=ZJ&most_recent_value_desc=true&start=2019)

WEISBROT, M.; SANDOVAL, L. (2007). *La economía venezolana en tiempos de Chávez*. Center for Economic and Policy Research. Disponível em: <<https://bitly.com/oSIwq>>. Acesso em 06 jan 2022.